

DOSSIÊ

TECNOLOGIAS E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Technologies and Distance Education in Higher Education

Fernando Selmar Rocha Fidalgo¹
Inajara de Salles Viana Neves²
Juliana Cordeiro Soares Branco³
(ORGANIZADORES)

¹ Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mestre em Educação pela UFMG, Pedagogo pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Professor Titular do Departamento de Administração Escolar da FaE/UFMG. E-mail: <fermandosfidalgo@gmail.com>.

² Pós-doutora pela Universidade Aberta de Portugal, Doutora em Educação pela UFMG, Mestre em Educação Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos e graduada em Pedagogia pela UFMG. É Professora Adjunta do Departamento de Educação e Tecnologias (DEETE) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: <inasalles2@gmail.com>.

³ Pós-doutora e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) e graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e em Comunicação Social (Relações Públicas) pelo Centro Universitário Newton Paiva. É Professora da Faculdade de Educação da UEMG. E-mail: <julianab28@gmail.com>.

APRESENTAÇÃO

Presentation

O intuito de produzir este Dossiê é contribuir com a discussão referente a TECNOLOGIAS E A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO ENSINO SUPERIOR. Sabe-se que a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as Diretrizes e Bases da Educação Nacional dispôs, no seu Art. 80, que o Poder Público incentivaria o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância e que a oferta da modalidade seria realizada por meio de instituições credenciadas pela União. O Artigo foi regulamentado inicialmente pelo Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005, que dispõe sobre o credenciamento de instituições públicas e privadas para a oferta de cursos e programas na modalidade a distância para a educação básica, educação de jovens e adultos, educação profissional técnica e educação superior.

O Decreto vinculou o credenciamento à supervisão, ao acompanhamento e à avaliação das instituições e de seus cursos, de acordo com padrões de qualidade enunciados pelo Ministério da Educação (MEC). A publicação do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, revogou o anterior, permanecendo o Ministério da Educação responsável pelo credenciamento das instituições privadas e públicas de ensino superior (IES) para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância. Por este Decreto, para oferecer cursos a distância as instituições passam a serem dispensadas da obrigatoriedade da oferta de cursos presenciais.

Além disso, o Art. 12 torna as instituições de ensino superior públicas automaticamente credenciadas, sendo submetidas a credenciamento após cinco anos de início do primeiro curso, ocasião em que serão avaliadas segundo procedimentos legais em vigor. O cenário atual configura expansão dessa modalidade de ensino a partir de documentos legais publicados recentemente. A partir disso, entende-se que é necessário compreender as políticas públicas para a formação a distância, as tecnologias utilizadas, as mídias digitais que atendem aos objetivos educacionais e ao público docente e discente dos cursos.

Nesse sentido, a forma como os autores aqui reunidos apresentam os seus artigos, por vezes divergentes, contribuem para o debate e a ativação de estudos da temática em questão.

O primeiro texto é de autoria das professoras Jussara Bueno de Queiroz Paschoalino (UFRJ) e Maria Auxiliadora Monteiro de Oliveira (PUC/MINAS). As docentes apresentam uma profícua reflexão sobre as questões atinentes ao Ensino Superior e à Educação a Distância (EaD) ministrada por conglomerados educacionais, sobretudo, pelas Universidades Públicas, PUCs, instituições ligadas à Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (RFEPC). As autoras defendem que a EaD privilegiada pelas instituições mercantis, globalizadas e oligopolizadas visa aumentar os níveis de lucratividade e, conseqüentemente, seu ensino carece da qualidade necessária para formar alunos de forma competente e compromissada.

É do professor José Armando Valente (UNICAMP) o segundo artigo, que versa sobre as tecnologias digitais de informação e comunicação, destacando a contribuição para o desenvolvimento, a reformulação e a disseminação da EaD. Por meio dessas tecnologias tem sido possível o estabelecimento de diferentes abordagens de EaD e, mais recentemente, com a viabilização do uso das tecnologias móveis sem fio as

atividades desenvolvidas virtualmente têm contribuído para a implantação das metodologias ativas de ensino e de aprendizagem.

O terceiro artigo é da professora Adriana Rocha Bruno. A autora apresenta resultados das pesquisas realizadas ao longo das últimas duas décadas, mas especialmente aquelas empreendidas entre 2015 e 2016, período da realização do pós-doutoramento na Universidade de Lisboa, fomentado pela CAPES. A abordagem toca a Curadoria Digital na Educação, em articulação com a Cultura Digital e a Educação Aberta, conceitos focos de estudos e produções.

O uso de tecnologia no processo de ensino e aprendizagem sob a perspectiva da educação é abordado no quarto texto, escrito pela professora Márcia Cassitas Hino (FGV/ISAE). O artigo destaca como a tecnologia tem mudado a forma como as pessoas vivem, locomovem-se, comem, estudam e se comunicam. Porém, o uso da tecnologia no processo da educação ainda é controverso. Além disso, ressalta que alunos, professores e instituição de ensino precisam se recriar nesse contexto, uma vez que a tecnologia abre oportunidades de aprendizagem individualizada, colaborativa, informal e formal. As instituições de ensino devem encorajar e suportar o desenvolvimento de habilidades tecnológicas pelos professores para que estes possam liderar o processo de transformação.

No quinto texto, a professora Vani Moreira Kenski (USP), Rosângela Araújo Medeiros (Doutoranda em Educação/USP) e Jean Lopes Ordeas Nascimento (Mestrando em Educação/USP) destacam as transformações mundiais, as relações humanas e as relações com a informação e o conhecimento. A ampliação do acesso à internet e às tecnologias digitais estabeleceu novos patamares de relacionamento entre pessoas, processos e objetos. Essas mudanças afetam também as instituições de ensino, que precisam se reinventar para não ficarem à margem dessa evolução. Um dos desafios contemporâneos é saber escolher a informação e transformá-la em conhecimento significativo, algo completamente diferente de pelo menos duas décadas atrás, quando o desafio era obter a informação. Hoje a informação é abundante. O acesso ao excesso de informação é possível em qualquer localidade e horário. Gera novas necessidades de orientação docente e de participação dos estudantes. Assim, o objetivo do artigo é apresentar reflexões sobre as tecnologias digitais e as necessidades de mudança no processo educacional desenvolvido pelas instituições de ensino superior brasileiras.

O sexto texto é de autoria de José Márcio Silva Barbosa (Doutorando em Educação/UFMG) e do professor Eucídio Pimenta Arruda (UFMG). O artigo problematiza a importância da formação continuada para gestores escolares da educação básica como elemento para a melhoria da qualidade da educação pública brasileira. Defende ainda a ampliação da EaD como possibilidade de amplificar a formação de gestores escolares para atenderem às demandas crescentes da educação pública. O trabalho parte de discussões teóricas que consubstanciam as análises desenvolvidas. De maneira geral, as análises resultam na compreensão de que a preparação atual dos gestores ainda não é suficiente para superar os aspectos que têm impacto nos resultados pedagógicos e educacionais – estilo de gestão e de liderança, questões pessoais, experiências vividas, recursos físicos e materiais – e as políticas que têm oportunizado cursos de formação inicial e continuadas para gestores de escolas.

Sob a responsabilidade dos professores Edson Moura Silva (FAMINAS – BH) e Simão Pedro Pinto Marinho (PUC/MINAS), o sétimo texto aborda como o mercantilismo na educação se desdobra como um nicho de mercado promissor e passa a ser alimentado pela EaD. Com a proliferação da EaD no ensino superior brasileiro, o professor, comumente contratado para atuar em aulas presenciais, vê-se obrigado a ministrar disciplinas on-line. Além de constatar a precarização de seu trabalho, no contexto das pressões normativas o professor sofre desconforto e desprazer, tendo que adotar mecanismos de defesa psicológicos como forma de sua superação. O artigo descreve achados de uma pesquisa descritiva e qualitativa realizada junto a docentes que se viram obrigados a atuar na EaD. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com professores da educação superior no período de 2010 a 2017, que por imposição institucional assumiram a responsabilidade por disciplinas oferecidas à distância.

No oitavo texto, os professores Fernando Selmar Rocha Fidalgo (UFMG), Inajara de Salles Viana Neves (UFOP) e Juliana Cordeiro Soares Branco (UEMG) analisam algumas políticas públicas e apresentam um breve histórico de cursos de formação de professores a distância no Brasil, por iniciativa do poder público e por meio de programas governamentais. Nesse contexto, foi realizada uma pesquisa essa formação, no Brasil, por meio de iniciativa pública. A pesquisa buscou conhecer políticas de formação docente e implementação de programas governamentais de EaD. Compreendeu estudo exploratório e descritivo, fazendo uso de análise documental e bibliográfica. Foram evidenciados modelos distintos desses programas e em nível médio e superior. O texto pretende apresentar alguns desses programas e discutir sobre a formação docente pública e a distância, juntamente com a discussão das resoluções nº 1, de 02 de fevereiro de 2016, da Câmara de Educação Básica, e nº 1, de 11 de março de 2016, da Câmara de Educação Superior, ambas do Conselho Nacional de Educação.

Os autores João Carlos Relvão Caetano e Domingos José Alves Caeiro, ambos docentes da Universidade Aberta (UAb) – Portugal, são responsáveis pelo nono texto, que versa sobre o sentido evolutivo das políticas de inovação e qualidade nas instituições e sistema de ensino superior e ciência portuguesas na perspectiva do modelo de governança. Os autores formulam a hipótese de que os sistemas de ensino superior e ciência se complexificaram muito nas últimas décadas nos países mais desenvolvidos, por via de alterações políticas e legislativas e de alterações nas relações entre os agentes, o que implica tanto a definição de novos objetivos como a adoção de novas abordagens e práticas pelas instituições. Partindo da análise dos princípios de reforma dos sistemas de ensino superior e ciência na Europa, no período posterior ao maio de 68, os autores analisam o caso português e o papel dos atores do sistema respectivo, que inclui a EaD. Analisam ainda as políticas na área e os seus instrumentos na perspectiva da dinâmica dos agentes do sistema.

O décimo artigo, escrito por Braian Garrito Veloso (Doutorando em Educação/UFSCar) e pelo professor Daniel Mill (UFSCar), apresenta um estudo bibliométrico sobre a produção científica referente à EaD. Para tanto, lançou-se mão da bibliometria objetivando analisar quantitativamente os metadados das teses presentes na base elaborada pelo Grupo Horizonte da Universidade Federal de São Carlos. Essa base conta com investigações de doutorado de programas de pós-graduação em Educação brasileiros com notas 5, 6 e 7 na avaliação trienal de 2013 da CAPES. Por meio da pesquisa, identifica-se que a produção científica referente à EaD ainda representa uma

parcela ínfima no universo de teses de programas de pós-graduação em Educação. Ademais, a análise das referências bibliográficas das pesquisas que versam sobre o trabalho docente na modalidade aponta dados importantes, a saber: relevância de referencial teórico que não versa especificamente sobre a temática; influência dos meios digitais nas fontes das referências utilizadas; proeminência de periódicos indexados na base SciELO.

No décimo primeiro texto, os professores José Wilson da Costa (PUC/MINAS - CEFET/MG) e Lenise Maria Ribeiro Ortega (PUC/MINAS) apresentam as pesquisas sobre as práticas pedagógicas que utilizam como princípio norteador a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP) de Vygotsky nas interações educacionais. A metodologia adotada utilizou a pesquisa exploratória, realizada em 54 Bases de Dados Nacionais, que permitiu levantar 13.174 trabalhos, dos quais foram selecionados 852 para compor o estudo. Os resultados apresentados se referem à execução da primeira parte da pesquisa, que consistiu em fazer um levantamento das teses e dissertações que adotaram a ZDP nas interações das práticas do ensino presencial e a distância e na compilação dos dados. Os resultados apontaram que apesar do conceito de zona de desenvolvimento proximal ter sido bastante recorrente nas pesquisas realizadas nas últimas décadas, ainda há poucos estudos que tomam como base as práticas do ensino a distância on-line.

O professor José Alberto Correia, da Universidade do Porto - Portugal, encerra esse dossiê com um texto que analisa os efeitos do desenvolvimento do paradigma da qualidade na configuração dos modos de se pensar a administração no campo educativo. Numa segunda parte, contextualiza este paradigma no Ensino Superior em Portugal tendo em conta as configurações mais recentes da Política Educativa neste domínio. Na terceira parte faz uma referência analítica ao exercício das funções de direção procurando realçar a possibilidade de desenvolver dinâmicas tendencialmente alternativas às lógicas dominantes.

Boa leitura a todas(os)!

Fernando Selmar Rocha Fidalgo¹

Inajara de Salles Viana Neves²

Juliana Cordeiro Soares Branco³

¹ Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mestre em Educação pela UFMG, Pedagogo pela Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Professor Titular do Departamento de Administração Escolar da FaE/UFMG. E-mail: <fernandosrfidalgo@gmail.com>.

² Pós-doutora pela Universidade Aberta de Portugal, Doutora em Educação pela UFMG, Mestre em Educação Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos e graduada em Pedagogia pela UFMG. É Professora Adjunta do Departamento de Educação e Tecnologias (DEETE) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). E-mail: <inasalles2@gmail.com>.

³ Pós-doutora e Doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Mestre em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) e graduada em Pedagogia pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e em Comunicação Social (Relações Públicas) pelo Centro Universitário Newton Paiva. É Professora da Faculdade de Educação da UEMG. E-mail: <julianab28@gmail.com>.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9057.htm>. Acesso em: 30 ago. 2018.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/-CCIVIL_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 30 ago. 2018.